

## CARTA ABERTA DA SOCIEDADE CIVIL AO ESTADO DA BAHIA E PREFEITURAS MUNICIPAIS

Os territórios negros centrais ou periféricos da cidade de Salvador e várias cidades do interior baiano vêm registrando a intensificação do confronto armado, que envolve a disputa de poder e território entre facções criminosas rivais e a atuação das forças repressivas do Estado.

À histórica desigualdade social baiana e brasileira, que cresce neste estágio da sociedade racista, patriarcal e capitalista neoliberal, acresce também cada vez mais a violência sob o impacto da militarização pesada dos grupos criminosos locais, em aliança com as facções do eixo sudestino, importando um modo de agir caracterizado pela desocupação forçada de imóveis e até usando moradores como reféns.

Sabe-se o quão desafiador é o enfrentamento dessa problemática, mas não se pode esvaziar o debate e naturalizar a ideia de que o enfrentamento deva passar apenas pela esfera de uma repressão estatal a esses territórios e comunidades. O que se nota é um modelo operativo com ações características de uma guerra regular, que gera pânico e mortes nas comunidades negras.

A manutenção dessa guerra não se restringe ao modelo de segurança pública adotado, mas sim ao conjunto de políticas genocidas que vão desde a eliminação física dos corpos e a desagregação dos territórios negros pela negação do direito à moradia digna, à saúde, à educação, ao transporte público de qualidade, ao trabalho e renda dentre outros direitos.

Assim, a alegada razão para o aumento da violência nesses bairros tem sido o combate à criminalidade, a militarização das comunidades pelas facções e, de modo mais geral, a chamada “guerra às drogas” e ao narcotráfico. Se as drogas estão em todos os espaços, inclusive nos bairros de classe média e alta, porque somente os territórios negros são os alvos dessas operações repressivas, que somaram 380 mortes, entre janeiro e novembro de 2023?

O aumento da repressão não é uma exclusividade dos territórios urbanos. Nas comunidades rurais, a violência se intensifica com a incidência das milícias rurais e da pistolagem, principalmente nos territórios tradicionais (quilombolas, fundo e fecho de pasto, indígenas, pesqueiras/marisqueiras etc.), para onde avança a fronteira agrícola. Nesses espaços, em geral, a violência ocorre em virtude da omissão do Estado em processos de regularização fundiária, inclusive onde há fortes indícios de grilagem de terras devolutas. Assim prosseguem as mortes e violações de direitos, que afetam famílias vivendo há gerações nesses territórios, cada vez mais cobiçados pelo agronegócio, mineração, especulação imobiliária e grandes empreendimentos.

Essa política de segurança, ineficaz e ineficiente, não reduz os índices de criminalidade e a insegurança da população só aumenta. Os resultados têm sido mais confrontos armados com perdas de vidas negras, prejuízos à economia dos bairros populares, adoecimento psíquico, desespero e pânico para a comunidade, principalmente as mães que perderam ou que temem perder os seus filhos.

Segundo o Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023), a Bahia ocupou o primeiro lugar no ranking de letalidade policial em 2022, respondendo por 22,77% da letalidade das ocorrências nacionais, quando apenas uma vítima das 299 pessoas mortas pela polícia era

branca, conforme o estudo (“Pele Alvo: a cor que a polícia apaga”, 2022). Até quando o racismo estará presente nas práticas de “segurança pública”?

O Estado brasileiro não pode apostar na violência como estratégia de segurança pública, e negligenciar as demandas populares e a necessidade de reparação histórica aos povos. A universalização da educação pública de qualidade; o reconhecimento, demarcação e regularização dos territórios camponeses, indígenas, quilombolas e extrativistas; a presença efetiva com unidades de saúde e atendimento psicossocial adequados às necessidades de cada grupo; a capacitação técnico-profissional e estímulos creditícios amplos à economia social comunitária; equipamentos recreativos e culturais, com apoio à produção e valorização das iniciativas locais, dentre outras políticas públicas são condições fundamentais para possibilitar a inserção desses territórios e povos aos espaços de cidadania.

Neste final de ano, quando vivenciamos de maneira mais intensa a solidariedade, convocamos a sociedade a compreender a urgência e a necessidade de apoiar esta pauta. Para além da responsabilização do Estado, como podemos nos solidarizar com as famílias e comunidades que sofrem as consequências dessa guerra?

Salvador, 11 de dezembro de 2023

- |                                                                           |                                                                           |
|---------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|
| 1. Associação dos/as Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais (AATR)       | 24. Comunidades Eclesiais de Base (CEBS)                                  |
| 2. Ação Social Arquidiocesana (ASA)                                       | 25. Conselho Ecumênico Baiano de Igrejas Cristãs Cristãs (CEBIC)          |
| 3. ABJD                                                                   | 26. Coordenadoria Ecumênica de Serviço (CESE)                             |
| 4. Agência 10envolvimento                                                 | 27. Defensoria Regional de Direitos Humanos da Bahia                      |
| 5. ANAJUDH-LGBT                                                           | 28. Federação Regional dos Urbanitários do Nordeste (FRUNE)               |
| 6. Articulação dos Movimentos e Comunidades do Centro Antigo de Salvador  | 29. Fórum Permanente de Itapuã                                            |
| 7. Articulação Pacari Raizeiras do Cerrado                                | 30. Fraternidade Cristã de Pessoas com Deficiência                        |
| 8. Articulação para o Monitoramento dos Direitos Humanos no Brasil (AMDH) | 31. Frente Estadual pelo Desencarceramento Bahia                          |
| 9. ASCOMBAVE                                                              | 32. Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares (GAJOP)     |
| 10. Associação de Trabalhadores de Base - Bahia (ATB Bahia)               | 33. Grupo GeografAR - Universidade Federal da Bahia (UFBA)                |
| 11. Campanha Nacional em Defesa do Cerrado                                | 34. Grupo Tortura Nunca Mais - Bahia                                      |
| 12. Cáritas Brasileira Regional Nordeste 3                                | 35. Igreja Batista Nazareth                                               |
| 13. CDDH Dom Tomás Balduino                                               | 36. Instituição Beneficente Conceição Macedo (IBCM)                       |
| 14. Centro Alternativo de Cultura (CAC)                                   | 37. Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico (IBDU)                    |
| 15. Centro Burnier                                                        | 38. Instituto de Geociências - Universidade Federal da Bahia (UFBA)       |
| 16. Centro de Estudos Bíblicos (CEBI)                                     | 39. Instituto de Estudos Socioeconômicos (INESC)                          |
| 17. Centro de Estudos e Ação Social (CEAS)                                | 40. Instituto de Saúde Coletiva (ISC-UFBA)                                |
| 18. Centro de Estudos Victor Meyer (CVM)                                  | 41. Juspopuli Escritório de Direitos Humanos                              |
| 19. Centro de Promoção de Agentes de Transformação (CEPAT)                | 42. Juventude Ativista de Cajazeiras (JACA)                               |
| 20. Coletivo Buranhém                                                     | 43. ManifestA ColetivA                                                    |
| 21. Coletivo de Familiares de Pessoas Privadas da Liberdade Bahia         | 44. Movimento dos Pequenos Agricultores (MPA)                             |
| 22. Coletivo Guardiões da APA Bacia do Cobre/São Bartolomeu               | 45. Movimento dos Trabalhadores Assentados Acampados e Quilombolas (CETA) |
| 23. Comissão Pastoral da Terra (CPT)                                      | 46. Movimento Luta pela Terra                                             |

- |                                                                                      |                                                                           |
|--------------------------------------------------------------------------------------|---------------------------------------------------------------------------|
| 47. Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH) - Brasil                           | 56. Presbitério do Salvador da Igreja Presbiteriana Unida                 |
| 48. Núcleo de Pesquisa, Mídias e Arte (NUPOMAR)                                      | 57. Rede das Escolas Família Agrícola Integradas do Semiárido (REFAISA)   |
| 49. Odara Instituto da Mulher Negra                                                  | 58. Serviço Amazônico de Ação, Reflexão e Educação Socioambiental (SARES) |
| 50. Observatório Nacional de Justiça Socioambiental Luciano Mendes de Almeida (OLMA) | 59. Serviço de Apoio Jurídico da Universidade Federal da Bahia (SAJU)     |
| 51. Observatório Rio Pardo Vivo e Corrente                                           | 60. TRAMA                                                                 |
| 52. OPIAJBAM                                                                         | 61. Unidade Força Feminina - Rede Oblata Brasil                           |
| 53. Paróquia Anglicana do Bom Pastor                                                 | 62. Quilombo do Orubu                                                     |
| 54. Pastoral Operária Salvador                                                       |                                                                           |
| 55. Plataforma de Direitos Humanos - Dhesca Brasil                                   |                                                                           |